

O CONTISTA

Joaquim Paço d'Arcos

“Tento compreender a verdade ainda que esta comprometa a minha ideologia”

GRAHAM GREENE



66

A literatura portuguesa conta, no seu activo, no sector da ficção curta (conto, novela), um número apreciável de notáveis executantes. Desde o Camilo das *Novelas do Minho*, passando pelo Eça de Queirós dos *Contos* (com especial ênfase para “José Matias” e “Singularidades de uma Rapariga Loira”) e pelo Fialho de *Contos*, de *A Cidade do Vício* e de *O País das Uvas*, até, já mais chegados a nós, um Teixeira Gomes, um Aquilino Ribeiro, um João de Araújo Correia, um José Régio, um Branquinho da Fonseca, um Miguel Torga, uma Irene Lisboa, um José Rodrigues Miguéis, um Domingos Monteiro, um Manuel da Fonseca, um Urbano Tavares Rodrigues, um José Marmelo e Silva, uma Maria Judite de Carvalho, um David Mourão-Ferreira, uma Maria Ondina Braga ou um Mário de Carvalho, entre vários outros, podemos orgulhar-nos de um bom e durável florilégio de cultores da arte narrativa curta. Entre estes, seria injusto ou, para empregar um termo acutilante de Eduardo Lourenço, falho de “simples decoro”, excluir o nome de Joaquim Paço d'Arcos, um dos mais assinaláveis contistas portugueses do século XX (para além do notável romancista que também foi o autor da *Crónica da Vida Lisboeta*). O que não tem impedido que, em torno dele, se tenha feito, ainda em vida e, solidamente, depois de morto, um silêncio que não honra a nossa seráfica República das Letras. Vai já quase em meio este ano, que é o trigésimo passado sobre a sua morte, em 1979, e não parece haver indícios de estar para se sublinhar a efeméride. Do mesmo modo que o ano passado – o do centenário do nascimento – se saldou pelo mesmo

silêncio, só em parte redimido pela publicação que os filhos fizeram do que pode considerar-se o quarto volume das memórias do escritor.

Sinto-me à vontade para assim falar, por nunca ter convergido, nem em vida dele, nem depois, com a sua ideologia política, a qual, diga-se de passagem, nunca o impediu de fazer, na sua obra, “o retrato por dentro (e nele o do próprio autor) de uma sociedade provincialmente snobe e feroz sob a sua aparência seráfica, bem educadinha, medíocre de fazer medo” (Eduardo Lourenço, in *Diário de Notícias*, 19-7-1979). Nem é extraordinário que assim tenha sido: quase todo o artista criador está, na sua obra, quando ela é genuína e forte, muito para além dos seus limites, como homem. O monárquico e reaccionário Balzac não era nem monárquico nem reaccionário, quando amassava, bebendo café e quase não dormindo, a sua monumental *Comédie Humaine*. E o católico Claudel, catequista de catecismo e martelo-pilão, “abria-se” genialmente, como poeta e dramaturgo, assim contrariando a mesquinha estreiteza do homem. Proust era um chato social, um amaneirado insuportável e um snob pavoroso mas, no *À la Recherche*, transcendia tudo isso para nos dar um genial folhetim psicológico (diria Régio) e uma meditação aliciante e profunda sobre a grandeza e os alçapões da memória. Paço d'Arcos, descendente de aristocratas e apoiante discreto do regime de Salazar (com quem, aliás, viveu de relações tensas), ligado, desde a adolescência, aos feitiços e apelos do ultramar africano, nem por isso viveu menos a nobre contradição expressa na epígrafe de Graham Greene, que damos, a abrir este texto. Quem esteve ligado – ou, mesmo, enraizado – em África (é o nosso caso) sabe, de



um dilacerante saber de experiências feito, quão dolorosa foi a “separação”, mesmo se, desde longe, antecipada, racionalizada e, de certo modo, desejada. Não custa, então, entender que não tenha podido caber no horizonte de ideias e emoções do autor de *Herói Derradeiro* a hipótese de um abandono do ultramar português. Pode discutir-se a validade de tal ideologia, sem ter que se suspeitar de vilania contumaz quem a ela aderiu e sinceramente a viveu. A África portuguesa significou, para o adolescente Paço d’Arcos, um mundo de seduções, de grandeza espacial, de amores iniciáticos e profundos, no centro do qual se destacava a figura mitificada do Pai. De um inquérito que lhe foi feito por Cruz Malpique, destaco esta significativa passagem, que se refere a esse Pai, tal como ele lhe aparecia, na sua qualidade de governante do território, na Beira (Moçambique): “Nunca mais dediquei a homem algum a admiração, o respeito, o fervor que dediquei a meu Pai — não pela força do parentesco, mas pela permanente lição da sua vida. E talvez esse facto tenha paradoxalmente marcado a minha obra dum selo terrível: o da mediocridade de quase todos os homens que a povoam. Ao perder o meu Pai perdi o símbolo que me apontava a altitude.” É preciso ter em conta estes laços profundos — este Pai tinha muito que ver com a vivência africana e também asiática, nimbando-a de um halo de grandeza e pureza — para se compreender (o que não quer dizer aceitar) o tormento e a amargura que pôde significar, para o autor de “O Samovar”, a perda do território africano. Este convite à compreensão não deve ser avaliado com qualquer espécie de medidor de cariz predominantemente político, sob risco de se contaminar de enviesamento político a análise de uma obra que até se mostra

capaz de transcender a ideologia do seu autor. “Não há nada mais triste do que o escritor submetido aos ditames do político”, disse Octavio Paz. Como escritor e como leitor das obras dos seus contemporâneos, Paço d’Arcos soube sempre furtar-se aos ditames da ideologia política, abrindo-se, em simpatia e generoso acolhimento, aos talentos e inclinações mais divergentes dos seus. O mesmo se não poderá dizer dos que, ao longo de quatro décadas, foram construindo o compacto silêncio que fez dele, nas justiceiras palavras de Lourenço, “um fantasma na cena literária onde, de súbito, se tornara invisível.” Foi um pouco para “apagar” esse silêncio e dar corpo visível a essa invisibilidade — que resolvi escrever as poucas anotações que se seguem e que dizem sobretudo respeito à ficção curta do autor de “A História de Venâncio, Segundo Oficial”, género em que, entre nós se sagrou mestre.

Integrando-se naquela linhagem de grandes cultores do conto e da novela que, começando em Maupassant, veio desaguar em Kipling (outro que teve de fazer a sua travessia do deserto devido a ter cantado as glórias do Império Britânico) e em Maugham, Joaquim Paço d’Arcos deixou-nos, ao todo, cinco volumes de ficção curta: *Amores e Viagens de Pedro Manuel* (1935), *Neve sobre o Mar* (1942), *O Navio dos Mortos e Outras Novelas* (1952), *Carnaval e Outros Contos* (1958) e *Novelas Pouco Exemplares* (1967). Em 1999, já depois do falecimento do escritor, que ocorrera vinte anos antes, foram reunidos em dois volumes todos os contos e novelas pertencentes àqueles cinco títulos, num total de 800 páginas. Se contarmos os dez romances que o autor nos legou (seis, constituindo a *Crónica da Vida Lisboaeta*, e quatro, fora dela), não pode considerar-se nem diminuta, nem secundária a sua intervenção como contista e novelista. Isto, no que se refere à quantidade; no que diz respeito à qualidade, Paço d’Arcos deixa-nos, no domínio da ficção curta, algumas das suas melhores páginas: para dar só alguns exemplos, contos ou novelas como “Do Niagara a Victoria Falls”, “Evangeline”, “Mrs. Wilkinson”, “O Samovar”, “A História de Venâncio, Segundo Oficial”, “A Confissão do Dr. Barreiros”, “O Noivado de Ortulano Pimentel”, “Segundas Núpcias”, “A Cabine Telefónica” ou “O Olho de Vidro”, entre vários outros, contam-se entre o que de melhor nos deu a nossa literatura, no sector da ficção curta: peças intensas, bem construídas, acutilantes, não raro, sarcásticas, quando não decididamente atrevidas ou, até, infractoras...

Usando de um talento que não desconhecia a acutilância da sátira, ele fazia, da sociedade que tão bem conhecia e na qual até certo ponto se inseria, descrições que poderiam deixar, em alguns observadores mais perspicazes, a suspeita de que tais “sinais” poderiam ser anunciadores de uma crise de regime a haver.

Cultores como Maupassant, Maugham ou Paço d'Arcos (ou Domingos Monteiro) podem facilmente passar, dado o forte teor de entretenimento que os seus contos e novelas contêm, por “meros contadores de histórias”. Esta qualificação pejorativa de “mero contador de histórias” ou de, simplesmente, “contador de histórias”, sem o explícito – mas seguramente implícito – “mero” já foi irritadamente recebida e comentada, de modo frontal, por esse grande “entertainer” da ficção curta que foi o autor de *Of Human Bondage*: “Mas haverá essa coisa de um mero contador de histórias?”, perguntava Maugham, logo respondendo: “Suponho que poderíeis chamar a Rudyard Kipling um mero contador de histórias. Muitos de vós tereis lido as *Plain Tales from the Hills* (*Simples Histórias das Colinas*). São as suas primeiras histórias, escritas para o jornal em que trabalhava e, como histórias, não são muito boas. Mas ele tinha um dom muito peculiar de absorver o clima de opinião que o envolvia. Aceitava-o tão naturalmente como aceitava o ar que respirava. Nunca lhe passava pela cabeça criticar. Não acredito que tivesse qualquer intenção de extrair delas qualquer moralidade ou de oferecer qualquer advertência. Escrevia aquilo que via. É uma pintura devastadora. Penso que um leitor perspicaz, dessa altura, poderia ter entrevisto quão inevitável era que os britânicos, mais cedo ou mais tarde, viessem a perder a Índia. (...) E, se quiserdes outro exemplo, aí está Tchekoff. Não penso que alguém conseguisse ler as suas histórias sem concluir que, mais cedo ou mais tarde, viria a eclodir uma revolução horrível e sangrenta. Um estadista avisado não teria feito mal se tivesse ponderado nisso e tomado a peito essa mensagem. (...) Ora Tchekoff nem era feito da massa de que se fazem os reformadores.” Paço d'Arcos também não é, contudo, usando de um talento que não desconhecia a acutilância da sátira, ele fazia, da sociedade que tão bem conhecia e na qual até certo ponto se inseria, descrições que poderiam deixar, em alguns observadores mais perspicazes, a suspeita de que tais “sinais” poderiam ser anunciadores de uma crise de regime a haver. Maugham, na sequência do texto que já citámos, conclui, precisamente, nestes termos: “O que pretendo dizer é que o contador de histórias, pela própria natureza do seu dom, pela sua peculiar sensibilidade às circunstâncias do seu tempo, pela sua escolha das pessoas sobre quem quer escrever, pela espécie de histórias que conta

Tendo vivido, desde muito novo, em África e no Extremo Oriente e, mais tarde, tendo passado largas temporadas nos Estados Unidos, toda essa mundividência virá a impregnar, com naturalidade e fluência, o tecido sedutor da sua narrativa curta. Paço d'Arcos fala, repito, com naturalidade, desses mundos diversos, como habitante de direito e não como viajante superficial ou como internacionalista pacóvio e contente.

oferece-nos uma crítica da vida. Pode até não saber que o está a fazer, isso pode estar longe de ser o seu desígnio, mas fá-lo, quer queira quer não. A minha conclusão”, conclui o autor de *Rain*, com a sua peculiar ironia sóbria mas ferina, “[a minha conclusão] é que o mero contador de histórias é coisa que não existe.” Paço d'Arcos, como Maugham ou Kipling – ambos mais velhos do que ele – não foi, de modo nenhum, um renovador formal da “short story”: o seu protocolo deriva, a direito, da grande linhagem do conto clássico, tal como o praticou Maupassant e os grandes narradores realistas. Já houve quem considerasse o autor de “O Samovar”, não sem fundamento, o Maugham português (o mesmo se poderia dizer de um Domingos Monteiro ou de um José Rodrigues Miguéis). Como o autor de *Ah King*, Paço d'Arcos adoptou o modelo realista – falar do que melhor conhece e só disso – apontando o seu “olhar” aos mundos geográfica e humanamente mais diversos e mais surpreendentes. Tendo vivido, desde muito novo, em África e no Extremo Oriente e, mais tarde, tendo passado largas temporadas nos Estados Unidos, toda essa mundividência virá a impregnar, com naturalidade e fluência, o tecido sedutor da sua narrativa curta. Paço d'Arcos fala, repito, *com naturalidade*, desses mundos diversos, como habitante de direito e não como viajante superficial ou como internacionalista pacóvio e contente (tenho-me mesmo perguntado se a natural desenvoltura com que se integra nestes mundos que faz também seus não estará até certo ponto na origem da serrazina silenciosa e persistente que lhe têm feito ao longo dos anos: o ressentimento nutre-se, às vezes, de inesperados alimentos...) As histórias que nos conta são, em grande parte, ou vividas ou vividas e *deformadas* (reinventadas) para fins do efeito a produzir. Quer na *Crónica da Vida Lisboaeta*, em que fala de uma “alta sociedade” que puxa os cordelinhos do poder e do dinheiro, quer no *Carnaval e Outros Contos*, em que nos dá o drama de gente de pouca monta (que igualmente conhece e ironicamente acarinha), quer nos ambientes estrangeiros (e estranhos) dos seus três primeiros livros de contos, o autor de *O Navio dos Mortos* discorre, com desenvoltura, sobre aquilo que muito bem conhece e que sabe de um saber de experiências feito. Num artigo que escreveu para a revista *Good Housekeeping*, de Novembro de 1943, intitulado “Write about What You Know” (“Escreve sobre Aquilo que Conheces”), Maugham, depois de trocar de um autor de histórias que “escolheu escrever sobre assuntos de que, como é por de mais evidente, ele não sabe absolutamente nada”, disserta com soberba ironia sobre a vantagem de só se escrever sobre aquilo que efectivamente se conhece. E conclui assim: “Estou longe de querer dizer que ele [o escritor] não deve exercitar a sua imaginação. A sua imaginação trabalhará sobre os factos e moldá-los-á num espécime de significado ou beleza. A sua imaginação habilitá-lo-á a deduzir novos factos dos factos que observou. Um escritor não necessita de devorar um carneiro inteiro para saber o gosto que tem, mas deve, no mínimo, comer uma costeleta. A não ser que conheça os factos como deve ser, a sua imaginação conduzi-lo-á a toda a espécie de absurdos e os factos que ele conhecerá bem são provavelmente os que lhe dá a sua própria experiência.” Na já citada resposta ao questionário que lhe foi enviado por Cruz Malpique, Paço d'Arcos dá abundantes testemunhos da intersecção da sua experiência pessoal com a vivência dos seus personagens de ficção. Referindo-se, por exemplo, ao sofrimento e agonia da sua primeira mulher, Maria Cândida, e ao romance O

Caminho da Culpa, observa: “Sem o calvário da Maria Cândida nunca a minha sensibilidade se aguçaria ao ponto exigido pela factura desse livro.” E, falando de um seu amor em Moçambique – Ivy – nota no mesmo depoimento: “Ivy foi a heroína do “Romance duma Rapariga Inglesa”, escrito e destruído; foi a protagonista do *Herói Derradeiro*; foi ainda a Sónia, dos *Amores e Viagens*. Mas se por diversas vezes a reencontrei na minha obra, nunca mais, em vida, a voltei a ver.” O singular Padre Júlio Marinho, que existiu de facto, é “aproveitado” e aparece, como personagem, com outro nome, nos romances *Ana Paula* e *O Caminho da Culpa*. O Padre Jerónimo, do conto “Do Niagara a Victoria Falls” também existiu de facto e com esse mesmo nome (o seu nome completo era Manuel Pereira Jerónimo). Em lua de mel com Maria Cândida, Joaquim Paço d’Arcos (o homem), passeando-se por Sevilha, Algeciras, Gibraltar, Tânger, Casablanca e Rabat, está a percorrer o cenário que será, pouco depois, o do conto “Cartas de Amor São Papéis”, do livro *Amores e Viagens de Pedro Manuel*. Outros exemplos se poderiam dar. Viver o que depois se *deforma* e se *acrescenta* é que é passar do simples facto para a verdadeira experiência.. O facto bruto ainda é bem pouco – o em que ele se transforma e se transfigura é que é tudo. Por isso Huxley dizia que a experiência não é o que nos acontece mas aquilo que fazemos com o que nos acontece. Com a manufactura de uma obra, o autor revisita os factos, reflecte sobre eles, aprofunda as suas próprias vivências. O *Herói Derradeiro* é alguma da sua vida africana transformada, pelo império da criação literária, em reflexão aprofundada sobre alguns factos que aguardavam a sua revisita. O autor é um vampiro que de tudo se aproveita como material para a sua obra. No caso de Paço d’Arcos, como ele próprio o declarou a Cruz Malpique, a própria actividade profissional, como Chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lhe facultou um privilegiado lugar de observação da sociedade que retrataria na *Crónica da Vida Lisboeta* e nalguma ficção curta: “Elevando o nível dos meus contactos humanos, o campo das minhas preocupações, facultando-me o conhecimento de casos e de intrigas que

Joaquim Paço d’Arcos tem estado esquecido, demasiado esquecido, num país que frequentemente desleixa o cultivo dos seus valores.

constituíam bom cabedal para o espírito de um romancista, ou, pelo menos, estímulo para a sua imaginação, levando-me a um convívio variado com gentes estrangeiras e tornando mais aguda em mim a consciência do drama mundial, o desempenho das minhas funções do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi, de facto, até certa altura, salutar para o desenvolvimento da minha vocação de ficcionista - , tal como ela se patenteia nas novelas de *Neve sobre o Mar* e de *O Navio dos Mortos*, nas peças *O Ausente* e *Paulina Vestida de Azul* e em certas em certas características e em muitas páginas dos meus romances da vida portuguesa.”

Joaquim Paço d’Arcos tem estado esquecido, demasiado esquecido, num país que frequentemente desleixa o cultivo dos seus valores. De notar que o ensino das nossas escolas e universidades também não ajuda por aí além. Kipling, que fez uma longa travessia do deserto, por razões de “delito político”, teve por fim a felicidade de se ver reabilitado por excelsos escritores como o insuspeito Orwell e o emérito Eliot. Está hoje restituído ao palco que lhe cabe de direito, *pour cause de talent*. O mesmo se poderia e deveria fazer agora com o autor de *A Corça Prisioneira*, que pagou já uma factura demasiado pesada por, num momento crítico da nossa história, não ter podido esquecer as raízes profundas que o ligavam a um território que foi capaz de deslumbrar a sua adolescência, com filtros tão fortes que só os que os não experimentaram se atrevem a menosprezar. Nesta ano em que se assinalam os trinta anos da sua morte, não ficaria mal que ao autor de *O Braço da Justiça* se fizesse, por fim, alguma justiça. Ficaríamos todos um pouco melhor na fotografia. ●

FAÇA PARTE DA
NOVA CIDADANIA.

Nova
Cidadania